

A.1.4

22.7.93

# Ameaça de minas atrasa acantonamento

Apesar de ter sido iniciada a segunda fase do reconhecimento das 12 zonas de acantonamento das tropas governamentais e da Renamo, subsiste ainda o espectro das minas que até aqui inviabilizaram a conclusão do plano concebido, visto que só foram identificados cinco centros de reunião e acomodação das forças de ambas as partes devido à proliferação de campos de minas.

— Não faz sentido que representantes do Governo e da Renamo procurem tirar vantagens estratégicas e militares da localização destas zonas de acantonamento, pois não têm nenhum carácter definitivo mas transitório, assegurou o Representante Especial da ONU em Moçambique, Dr. Aldo Ajello, quando do «briefing» ontem concedido aos órgãos de comunicação social nacionais e estrangeiros.

Para Ajello, dentro de dias será oportuno que a Comissão de Cessar-Fogo (CCF) analise a proposta de regras e regulamentos dos centros de reunião e acantonamento, pois aqueles locais devem nortear-se de acordo com um funcionamento padronizado.

Crê que à medida que forem sendo ocupados pelos elementos de ambas as partes (Governo e Renamo), os centros de reunião e acomodação vão triando e desmobilizando ou canalizando os abrangidos para a vida civil ou para o Exército nacional único apartidário.

— Toda a estratégia gravita em redor desta concepção. É escusado procurarem-se dividendos estratégicos de zonas de acantonamento visto, que são locais transitórios, especificou o Representante de Boutros Ghali no nosso país.

Revelou que dentro de dias vão ser abertos entre seis e oito zonas de acantonamento, embora sem especificar em que regiões do nosso país.

Inquirido sobre as recentes alegações da força tradicional «naparamas» que também reivindica acantonamento, recepção de subsídios para os desmobilizados e apoio multiforme na vida civil, Aldo Ajello respondeu que logo que o assunto lhe fosse oficialmente remetido iria encetar as devidas tramitações junto de actores envolvidos no processo de paz para Moçambique.

Idêntica réplica deu ao caso das forças de Gimo Phiri, antigo número dois da Renamo, que decidiu juntar-se às forças governamentais para combater o seu antigo aliado, e cujos soldados estão a semear distúrbios em Milange, Zambézia, com os refugiados moçambicanos no Malawi que querem e estão a regressar ao país.

Aldo Ajello clarificou que os distúrbios que ora são protagonizados por bandidos errantes não identificados

devem se neutralizados pela Polícia e que não compete ao Exército a sua supressão.

Frisou que nenhum dos bandos se tem identificado como pertencente ao Governo ou à Renamo, mas sublinhou que vai discutir com ambas as partes a possibilidade de operações selectivas concertadas conjuntas visando eliminar esses focos de instabilidade.

"NOTICIAS"

22.7.93